



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA.

REQUERIMENTO Nº _____, de 2023.

(Do Sr. Silas Câmara)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, para debater a **Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE**.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a “**Tarifa Social de Energia Elétrica**”, e suas limitações por etapa, com a presença dos seguintes convidados:

- Ministro de Estado de Minas e Energia – Senhor. Alexandre Silveira de Oliveira;
- Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Senhor. Wellington Dias;
- Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Senhor. Sandoval de Araújo Feitosa Neto;
- Associação Amazonense de Municípios – Senhor. Anderson Sousa; e
- Confederação Nacional dos Municípios.

JUSTIFICATIVA

A Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Por meio dela, são concedidos descontos para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda. A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, regulamentam esse benefício.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para ter direito ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), deve ser satisfeito um dos seguintes requisitos:

- 1- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário-mínimo nacional; ou
- 2- Idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais ou pessoas com deficiência, que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou
- 3- Família inscrita no Cadastro Único com renda mensal de até 3 (três) salários-mínimos, que tenha portador de doença ou deficiência (física, motora, auditiva, visual, intelectual e múltipla) cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

Ocorre que com tanta tecnologia e novidades no mundo eletrônico, nossa legislação ficou atrasada na concessão de benefícios, sendo que a última alteração legislativa foi feita a décadas atrás.

Nesse sentido, e com intuito de reunir esforços para ajudar no desenvolvimento de nosso Brasil e contribuir com o setor elétrico, requeiro realização de Audiência Pública com a participação dos convidados citados, para que possamos ouvir e debater soluções para aqueles que necessitam da TSEE.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências nossas estimas de elevado apreço e consideração.

Sala das Comissões, de maio de 2023.

Deputado SILAS CÂMARA
Republicanos/AM

